

**Imprensa, memória e história do tempo presente:
a “guerra ao terror” como resposta aos atentados de 11 de setembro de
2001 nas páginas da revista *Veja*¹**

**Press, memory and history of present time:
the “war on terror” as an answer to the September 11, 2001 attacks on the
pages of *Veja* magazine**

**Prensa, memoria y historia del tiempo presente:
la “guerra contra el terrorismo” como respuesta a los atentados del 11 de
septiembre de 2001 en las páginas de la revista *Veja***

Jiani Fernando Langaro²

Resumo: o trabalho analisa a cobertura dos desdobramentos dos atentados de 11 de setembro de 2001, em especial, da “Guerra ao Terror”, feita pela revista *Veja* em seis edições especiais, publicadas nas semanas seguintes ao acontecimento. Toma como foco as formas com que o periódico procurou instituir uma memória em que a guerra como resposta necessária, adequada e legítima aos atentados, refutando outros posicionamentos. Para tanto, discute como a revista tratou aquela realidade reduzida a dois polos, o das vítimas – entendidas como os próprios EUA – e o dos algozes – compreendidos como os terroristas. Por fim, debate o lugar do Brasil no contexto e na cobertura que então se delineou, a fim de entender o porquê de uma grande revista nacional – que integra uma imprensa não muito afeita ao noticiário internacional –, dedicou tamanha preocupação ao que acontecia fora do país.

Palavras-chave: Orientalismo. Globalização. Neoliberalismo.

Abstract: the essay analyzes the coverage of the developments of the attacks of September 11, 2001, specially the “War on Terror”, did by *Veja* magazine in six special editions, printed on the subsequent weeks of the event. Focuses the way as the periodic searched to institute a memory in which the war was showed as a necessary, appropriate, and valid answer to the attacks, refusing other positions. Therefore, discuss how the magazine divided the reality in two poles, one with the victims – understood as the US country – and other with the tormentors – comprehended as the terrorists. Finally, debates the place of Brazil on the context and in the coverage that then was outlined, to understand why a big national magazine – which includes a press not so much concerned about international news –, devoted paramount attention to what happening out of the country.

Keywords: Orientalism. Globalization. Neoliberalism.

Resumen: el estudio analiza la cobertura de los desarrollos de los atentados de 11 de septiembre de 2001, en especial, de la “Guerra contra el terrorismo”, echa por la revista *Veja* en seis ediciones especiales, publicadas en las semanas subsiguientes al evento. Toma como foco de análisis las formas con que el periódico intentó instituir una memoria en la cual la guerra era una respuesta necesaria, adecuada y legítima a los atentados, refutando otras posiciones. Para tanto, discute cómo el periódico presentó aquella realidad reducida a dos polos, lo de las víctimas – entendidas como los propios EE. UU. – y lo de los verdugos – comprendidos como los terroristas. Al final, debate el lugar de Brasil en el interior de aquel contexto y en la cobertura periodística que en aquella oportunidad se hizo, con el objetivo de comprender porque una gran revista nacional – que integra una prensa poco interesada en noticias internacionales –, dedicó tanta preocupación al que acontecía fuera del país.

Palabras clave: Orientalismo. Globalización. Neoliberalismo.

Introdução

Mais de vinte anos se passaram desde os atentados de 11 de setembro de 2001, ocorridos nos Estados Unidos da América (EUA). Na ocasião, quatro aviões foram sequestrados por dezenove terroristas alegadamente ligados à organização terrorista Al-Qaeda. Um deles caiu na zona rural da Pensilvânia – após a tripulação e os passageiros se amotinarem –, vitimando todos que estavam a bordo. As outras duas aeronaves foram lançadas sobre o edifício World Trade Center, símbolo do capitalismo mundial encravado no coração de Manhattan, Nova York, fazendo com que suas duas torres, em chamas, viessem a desabar. Outro atentado ainda ocorreria na capital do país, Washington, onde a quarta aeronave foi arremessada contra a sede do Pentágono, edifício que abriga a inteligência militar norte-americana. Mais de três mil pessoas morreram em tais ações terroristas (BERNUSSI, 2021).

A magnitude do evento – em termos negativos, de violência e de número de vítimas fatais –, associada à espetacularidade das imagens captadas ao vivo no momento do acontecimento chocaram o planeta. Logo, duas linhas argumentativas se formaram. Nos grandes veículos de comunicação, a sensibilidade para com as vítimas e o país atacado foi a tônica da cobertura do evento. Por outro lado, nos meios alternativos, circularam versões que, sem a pretensão de justificar os ataques ou de defender o terrorismo, tentavam lembrar o público de interferências políticas, econômicas e militares do governo dos Estados Unidos da América em países asiáticos, notadamente do Oriente Médio.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a cobertura do evento feita por *Veja*, a maior revista semanal de informações do Brasil e uma das maiores do mundo, em princípios do século XXI. Era publicada pela Editora Abril, pertencente ao Grupo Civita, um dos maiores conglomerados de comunicação da América Latina, presente também no Brasil, Argentina e México. A tiragem semanal do periódico girava em torno de 1,1 milhão de exemplares – dos quais, novecentos mil eram destinados a assinantes – que, estimava-se, eram lidos por mais de dez milhões de pessoas. Essa tiragem foi ultrapassada nas semanas em que se seguiram os atentados, quando se chegou à impressão de 1,3 milhão de exemplares (SILVA, 2005). Para a análise aqui proposta, foi realizada a escolha das seis edições posteriores à semana do dia 11 de setembro. Todas elas trouxeram os atentados e seus desdobramentos como matéria de capa, elemento indicador do peso desse evento para a pauta jornalística de *Veja*. O foco da análise residiu nos textos escritos de editoriais e de matérias integrantes dos cadernos especiais sobre os atentados e a chamada “Guerra ao Terror”, integrantes dessas edições. Por se tratar de editoriais e de textos jornalísticos não assinados por articulistas – integrantes de caderno especial –, os materiais analisados são todos de responsabilidade do periódico, que assume oficialmente sua autoria.

Este trabalho, portanto, se insere nas pesquisas que tratam da história do tempo presente, impulsionadas, de acordo com François Dosse (2012), pelos estudos sobre memória, elaborados a partir do final do século XX. Assim, se deslindou um novo campo para a história, relacionado à investigação sobre como as pessoas lidam com o passado e suas reminiscências, no presente, em detrimento da pesquisa sobre processos históricos de tempos pretéritos. Um dos problemas desse campo, no entanto, é sua imprecisão temporal, que algumas vezes recua até meados do século XX. Esse, todavia, não é nosso problema, uma vez que o episódio em estudo, os atentados de 11 de setembro de 2001, embora tenham ocorrido há mais de vinte anos, ainda se inserem em uma história recente, sobre princípios do século XXI.

Destarte, embora nosso estudo tenha focado nas edições de *Veja* imediatas aos atentados – e não em matérias rememorativas, publicadas em anos posteriores – também se insere em uma dinâmica entre história e memória, com a qual a imprensa também está relacionada. Conforme afirmam Laura Antunes Maciel (2004), Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (CRUZ; PEIXOTO, 2007), as mídias são meios instituintes de memórias. Isso porque as notícias não apenas constroem versões para o tempo presente, na busca por formar a “opinião pública”.³ Elas também tentam construir, para a posteridade, maneiras de recordar determinados fatos e momentos históricos. Portanto, a imprensa articula presente, passado e futuro, na elaboração de narrativas jornalísticas, o que inevitavelmente delineia um trabalho com memórias

Segundo o Grupo Memória Popular (2004), a construção de versões do passado está intimamente conectada a processos políticos e se insere nas disputas de poder e nos exercícios de construção de “hegemonia” que povoam a “esfera pública”.⁴ Em razão disso os autores entendem a existência de “memórias públicas”, cuja construção vai muito além da atuação do Estado e daquilo que convencionamos chamar de “memórias oficiais”. As “memórias públicas”, por seu turno, estariam à serviço da construção e do exercício da “hegemonia” por determinados grupos sociais, procurando influenciar, ainda, as “memórias privadas”.

Nesse aspecto, vale frisar que a revista tinha grande peso no debate público do Brasil de princípios dos anos 2000, sendo atuante na tentativa de construção de “memórias públicas” e de hegemonização de versões na esfera pública. Como grande veículo da imprensa nacional, *Veja* se alçava como autoridade para a eleição dos grandes fatos que compõem a história mundial e brasileira. Também se constituía em uma importante referência como fonte histórica, compondo fundos documentais de diversos arquivos e centros de documentação, além de ser usada no ensino de história da educação básica (SILVA, 2005).⁵

Nesse aspecto, é preciso frisar, que os atentados de 11 de setembro de 2001 ganharam enorme relevância, no escopo da revista. Conforme destaca Carla Luciana Sousa da Silva (2005), em tese de doutorado sobre as conexões entre *Veja* e o neoliberalismo⁶ no Brasil – com recorte entre 1989 e 2002 –, a cobertura dos atentados foi tão extensa que somente poderia ser comparável, até então, à do *Impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. Na análise da autora, a cobertura internacional realizada por *Veja* se conecta diretamente com o projeto neoliberal defendido pela revista no Brasil, sendo o 11 de setembro o ponto alto do alinhamento do periódico com a nova ordem mundial propugnada pelos EUA por meio de suas políticas neoliberais. Dessa maneira, a autora entende que não se pode conceber os textos integrantes das colunas internacionais da revista como mais isentos, por serem provenientes

de agências internacionais, uma vez que eles cumprem um papel importante no interior da linha editorial do periódico.

Nesse aspecto, Antônio Carlos Lessa e Frederico Arana Meira (2001) frisam que a cobertura dos atentados de 11 de setembro de 2001 foi um marco na imprensa brasileira, no sentido de se dar maior atenção à qualidade do jornalismo internacional. Segundo os autores, a imprensa brasileira é marcada pela dependência para com as agências internacionais de notícias e a falta de uma definição clara do que seriam os conteúdos das colunas internacionais. Esses problemas, por seu turno, adquiriram relevo com a centralidade que os atentados de 11 de setembro de 2001 ganharam na pauta jornalística brasileira.

Como é perceptível, diversos trabalhos procuraram problematizar a cobertura midiática dos atentados de 11 de setembro de 2001 e da guerra ao terror. Inclusive a revista *Veja* já foi objeto de estudo, em sua cobertura deste tema. Nossa perspectiva, no entanto, se volta a uma problemática específica – para a qual entendemos que ainda há espaço para exploração –, que procura entender se (e, em caso afirmativo, como) a cobertura realizada pela revista auxiliou a instituir uma memória em que a “guerra ao terror” – no formato em que ela foi dinamizada – seria uma resposta adequada e legítima aos atentados, se inserindo, de alguma maneira, nos esforços de guerra dos EUA. Além disso, também visa compreender historicamente qual o lugar do Brasil no contexto dos atentados e da “Guerra ao Terror”, na tentativa de entender o porquê de uma imprensa tão pouco preocupada com a pauta internacional se dedicar com tamanho afincamento à temática.

Entre vítimas e algozes: *Veja* e os atentados de 11 de setembro de 2001

Na cobertura realizada por *Veja* emergem dois polos opostos, um composto pelas vítimas e outro pelos algozes. Na condição de vítimas, figuraram não apenas as pessoas que faleceram nos EUA e seus familiares enlutados, mas todo o país. No campo oposto, estariam os terroristas, por vezes confundidos com fundamentalistas e até mesmo com o próprio Islã. No caso do Estado e da sociedade norte-americanas, os atentados servem como uma espécie de “atípico”,⁷ que faz emergir e sistematizar as maneiras como a revista concebia os EUA e a ordem mundial que esse país liderava em 2001.

Na edição de 19 de setembro, a primeira das edições especiais, a revista tentava dar explicações sobre as causas do acontecimento. Em seu editorial, “O que incomoda o terror” (2001), fica muito claro o caminho que seria trilhado pela cobertura da revista. Há uma clara divisão dualista e maniqueísta, conforme já expusemos. Na interpretação da revista, o alvo

dos ataques seria o sistema político, econômico e social dos EUA, que seriam baseados na democracia e no livre-mercado, entendidos como “o mais justo e livre que a humanidade conseguiu fazer funcionar ininterruptamente até hoje” (O QUE INCOMODA..., 2001, p. 9). Por essa razão, todo o país deveria figurar como vítima.

Todavia, o periódico reconhecia que tal sistema possuía problemas, aos quais diversas outras matérias se dedicaram a explicar (e justificar). Mesmo assim, interpretações mais críticas, que pudessem romper com a dicotomia proposta no editorial, eram logo refutadas. Nesse sentido, o texto fazia objeção a análises que tratavam os atentados como uma resposta a interferências do governo norte-americano no Oriente Médio e em demais países de população majoritariamente islâmica, bem como ao apoio dos EUA a Israel, com o consequente entrave que isso representava à independência da Palestina.

Na perspectiva da revista, os EUA teriam se tornado alvo por serem exemplo mundial de sociedade justa e livre e não por outros motivos. Tais valores seriam o extremo oposto do que buscariam os terroristas, compreendidos como frutos do fundamentalismo e da teocracia islâmicos, conceitos que aparecem de forma confusa nas matérias.⁸ Na visão da revista, os fundamentalismos islâmicos, geradores de Estados teocráticos, lançavam mão do terrorismo para destruir o posto simbólico que teria sido adquirido mundialmente pelos EUA, como uma espécie de farol de um mundo livre. Tal símbolo deveria ser eliminado em razão de um suposto poder de sedução sobre a população dos países islâmicos, tiranizada por ditaduras que tentavam parar o tempo e aprisionar seus habitantes no Medievo, como alegava o periódico (O QUE INCOMODA..., 2001).

Em “A descoberta da vulnerabilidade” (2001), outra matéria da edição de 19 de setembro, há um esforço para se separar os atentados contra os EUA do apoio prestado pelo país ao Estado de Israel. Embora se reconheça a situação opressiva vivida pela população palestina – de origem árabe e de religião islâmica –, com a falta de efetiva independência de seus territórios com relação a Israel, a revista constrói a noção de que a independência da Palestina era algo menor. Assim, o periódico tentava instituir uma memória em que os fundamentalistas estariam focados em desenvolver um plano maior, o de conquistar o mundo e impor sua versão do islamismo ao conjunto da população mundial.

Embora os grupos fundamentalistas e terroristas – ou mesmo os estados teocráticos – islâmicos existentes no período não estivessem em condições mínimas de empreender um expansionismo mundial, investiu-se nessa ideia ao longo das edições seguintes. Isso é perceptível na matéria “O que querem os fundamentalistas” (2001), publicada na edição de 10

de outubro, que explicaria os intentos do milionário terrorista Osama Bin Laden e de sua organização, a Al-Qaeda:

Primeiro, ele [Osama Bin Laden] pretende expulsar os militares americanos das bases que eles mantêm na Arábia Saudita, onde a mera presença de não-muçulmanos é vista pelos fanáticos como uma profanação do solo santo onde nasceu o Islã. [...] Realizada a primeira missão divina, ele pretende partir para a segunda, de alcance mais amplo: unir todos os muçulmanos numa mesma comunidade, governada de acordo com a interpretação mais literal e estrita dos preceitos do *Corão*.

Para isso, os governos dos países muçulmanos considerados corrompidos pela influência ocidental – ou seja, todos, com exceção do Afeganistão, onde já reina o fundamentalismo mais radical – devem ser varridos do mapa. Sem fronteiras nacionais, unificados sob esse governo ideal, chamado califado, os verdadeiros crentes se lançariam então rumo à etapa final – arrebatando o resto do planeta (O QUE QUEREM..., 2001, p. 51-52).

Como se pode observar, a matéria traça esquematicamente quais seriam os planos da Al-Qaeda para o mundo. Segundo a revista, os objetivos estariam relacionados à expulsão das forças ocidentais dos solos considerados sagrados para o Islã, para depois unificar os países de população majoritariamente islâmica em um governo único e teocrático, o Califado.⁹ Com base nesse país islâmico unificado, se empreenderia, então, a conquista material e espiritual do restante do mundo.

Evidentemente que a Al-Qaeda não tinha capacidade operacional para realizar tais intentos. Entretanto, as análises contribuem para situar o grupo terrorista e os fundamentalismos islâmicos fora da racionalidade. Os atentados não poderiam ser lidos, nessa perspectiva, como um alerta de que certos elementos deveriam ser repensados nas relações entre Ocidente e Oriente – como a questão palestina –, uma vez que os movimentos do Leste seriam desprovidos de racionalidade, focados em uma leitura radical e fanatizada do Islã.

Os sentidos de irracionalidade avançam ao campo da insanidade mental, quando o assunto é o mulá Mohamed Omar, líder da milícia fundamentalista islâmica Talibã, que controlava o Afeganistão. Segundo a revista, ações terroristas de grande porte, como as que foram perpetradas em 11 de setembro de 2001, não poderiam ter sido elaboradas sem o apoio de algum aparato estatal (A GUERRA SERÁ..., 2001). Na época, como nenhum grupo terrorista reivindicou a autoria dos atentados, após investigações e um controverso relatório do Reino Unido – muito criticado pelo seu alegado caráter dedutivo e falta de provas concretas –, concluiu-se que os ataques foram planejados e executados pela Al-Qaeda, com apoio velado do Talibã, no comando do Estado afegão (O INIMIGO NÚMERO..., 2001; SADER, 2001; SILVA, 2005).

Nesse período, o Afeganistão ganhava as manchetes internacionais em função das graves violações aos direitos humanos empreendidas pelo regime, muitas vezes noticiadas sob

o prisma do “orientalismo”.¹⁰ Entretanto, é fato que o regime instalado pelo Talibã não era uma simples expressão da cultura afegã e das normas religiosas do islamismo. As regras impostas pela milícia representavam restrições novas e perdas de direitos, sem base ou precedentes nas tradições religiosas do local, contra as quais também se verificava movimentos de resistência afegãos, a despeito da violência ditatorial.¹¹

Em meio a esse contexto, em 17 de outubro, *Veja* publicava a matéria “O mulá bibi fonfom” (2001), que tinha por objetivo apresentar aos leitores brasileiros o líder da milícia Talibã:

O mulá Mohamed Omar, Comandante dos Fiéis e chefe do Talibã, gosta de sentar ao volante de um carro parado e brincar de motorista. Com a boca, simula o ronco do motor e o som da buzina, do jeito que fazem crianças de 6 anos: roam, bibi fonfom. O estranhíssimo comportamento foi relatado na semana passada ao jornal inglês *Sunday Telegraph* por um dos poucos homens que conhecem bem Omar – seu médico particular, agora refugiado no Paquistão [...]. A intimidade do relacionamento entre médico e paciente abriu uma janela sobre um dos mais intrigantes personagens do momento. O que o médico diz é que o fanático religioso que conduziu um país miserável a um confronto militar com os Estados Unidos é doido varrido (O MULÁ BIBI..., 2001, p. 60. Grifos no original).

Como se pode notar, a jocosidade da matéria se inicia ainda na escolha do título e atinge seu clímax com a conclusão de que Mohamed Omar seria “doido varrido” (O MULÁ BIBI..., 2001, p. 60). O texto da reportagem opera a infantilização de Omar, cujo comportamento decorreria de insanidade mental. O argumento foi construído com base em um suposto diagnóstico do médico particular dele, naquele momento exilado no vizinho Paquistão.¹² As informações foram obtidas em matéria da imprensa do Reino Unido – grande aliado dos EUA –, sendo disponibilizadas por *Veja* ao público brasileiro. Na interpretação da revista, a suposta loucura de Omar teria sido a causa da guerra entre EUA e Afeganistão.

Na matéria, a revista ainda apresenta explicações clínicas para a alegada insanidade mental de Omar, bem como imputa a ela as proibições sem base no Islã decretadas pelo Talibã:

Aos 43 anos, Omar altera crises de depressão com outras de euforia. Durante os surtos, ele fica confinado por dois ou três dias e tem visões de como deve ser um Estado Islâmico puro. Foi assim que soube que Alá queria proibir as pipas, a música e os sapatos femininos que produzem ruído ao tocar o solo. O médico suspeita que a instabilidade mental decorra do fato de Omar ainda ter encravado no cérebro fragmentos do míssil soviético que arrancou seu olho direito, em 1989. Sobre isso só se pode especular, pois o mulá jamais permitiu que os médicos fizessem uma tomografia de seu cérebro. Um pedaço de metal embutido no cérebro é uma explicação razoável para a estranheza da vida que Omar levava com suas três mulheres e os cinco filhos na cidade de Kandahar [...] (O MULÁ BIBI..., 2001, p. 61).

Na década de 1980, a União Soviética invadiu o Afeganistão com o objetivo de sustentar o regime socialista que recentemente havia se instalado no país. Essa medida

encontrou resistência por parte de guerrilheiros islâmicos jihadistas, imbuídos de uma concepção de Guerra Santa. Eles receberam apoio dos EUA, que tentavam enfraquecer seu rival soviético no âmbito da Guerra Fria. Integrantes desses grupos fundaram o Talibã na década de 1990, milícia que tomou o controle do Afeganistão em 1996 (COGGIOLA, 2007).

Na década de 1980, Mohamed Omar lutou contra o Exército Vermelho, ao lado de seus companheiros jihadistas. Na guerra, ele foi atingido no rosto pelos estilhaços de um míssil, razão pela qual ele era cego de um dos olhos. A revista apresentava então a teoria – de autoria do alegado médico de Omar – de que o mulá teria sua sanidade mental afetada por resíduos metálicos alojados em seu cérebro. Essa também seria a razão dele decretar diversas proibições sem base no Alcorão, livro sagrado do Islã, pois o líder político e religioso se orientaria por visões, no seu entendimento, proporcionadas por Alá, o deus único do islamismo. Elas seriam também um atestado da insanidade mental de Omar, conforme noticiava *Veja*, com base em *Sunday Telegraph* (O MULÁ BIBI..., 2001). A menção à poligamia – aceita pelo Islã – completava a memória de estranheza que a revista procurava instituir sobre Omar.

Em terreno semelhante, de contradição, estranheza e irracionalidade, a revista também situou parte dos terroristas envolvidos diretamente com o sequestro dos aviões e os atentados suicidas. Segundo o periódico, em “Como eles se prepararam para matar ou morrer”, matéria da edição de 10 de outubro, um dos terroristas, que possuía passaporte com o nome de Abolulazzi Alomari, “(...) chegou a dar uma festinha para meninos vizinhos distribuindo pizzas e kits de lanches do McDonald’s [...]” (COMO ELES SE..., 2001, p. 62), enquanto Majed Moqued “[...] alugou vídeos eróticos numa loja de Bestville, no Estado de Maryland [...]” (COMO ELES SE..., 2001, p. 62). Já Salem Alhamzi, “[...] revelou-se um devorador de comida chinesa que gostava de mostrar a musculatura desfilando pelo bairro de sandálias, jeans e camiseta.” (COMO ELES SE..., 2001, p. 62). Dois terroristas que serviram de pilotos teriam frequentado um centro islâmico, um deles, no entanto, “[...] comprara um Corolla azul que deixaram abandonado no Aeroporto de Dulles, em Washington” (COMO ELES SE..., 2001, p. 62). Dessa maneira, mais que mostrar como os terroristas viveram nos Estados Unidos sem causarem suspeitas, a revista acabou por apresentá-los como quem rapidamente teria se ocidentalizado e usufruído das benesses do *american way of life* e da globalização e como quem não teria seguido os preceitos religiosos fundamentalistas, com inúmeras restrições alimentares e sexuais. A irracionalidade, no caso dos terroristas, residiria em atacar um sistema que lhes pareceu deveras sedutor.

Entretanto, ainda na edição de 19 de setembro, *Veja* chegou a reconhecer a existência de certa racionalidade envolvendo o terrorismo, bem como o peso de fatores materiais a impulsionar o desejo de jovens em se tornarem terroristas. As conexões entre relações sociais desiguais, o fundamentalismo e o terrorismo em determinados países de população majoritariamente islâmica, são tratadas em “Escolas de Terror” (2001):

[...] Segundo analistas, a motivação interior dos terroristas também está ligada a tentações mundanas [...] eles também querem dinheiro, prestígio e reconhecimento social. E isso se consegue em países que incentivam e dão guarida a esses grupos ‘Um fuzil automático tem em certas capitais do mundo o mesmo efeito hipnótico sobre os jovens que um computador pessoal ou um carro zero-quilômetro’, diz Richard Betts, professor de ciência política da Universidade de Columbia, em Nova York. É instigante a idéia de que os terroristas se lançam nessa atividade também porque ela é material, social e espiritualmente valorizada nas comunidades onde eles vivem. Do ponto de vista da Faixa de Gaza, de Cabul e de outros centros depauperados do mundo islâmico, ser recrutado para uma atividade terrorista é uma distinção notável (ESCOLAS DE TERROR, 2001, p. 108-109).

Apoiada em pesquisa desenvolvida por especialista no tema, Richard Betts, politólogo da Universidade de Columbia, a revista afirma que, em algumas localidades do chamado “mundo islâmico”, existiria certa valorização do recrutamento de pessoas para ações terroristas. Assim, ser terrorista de algum grupo, nos locais citados, significaria ter prestígio social e religioso, bem como melhorar de vida. Dessa maneira, a matéria sinaliza para uma conexão entre o universo de valores e o mundo material, que seria recorrente em “centros depauperados” (ESCOLAS DE TERROR, 2001, p. 109). Em tal perspectiva, ao serem recrutados por grupos terroristas, os jovens não seriam estigmatizados socialmente como fanáticos ou violentos, mas sofreriam uma espécie de mobilidade social, passando a compor um estrato social de maior prestígio e poder econômico.¹³ Ao mesmo tempo, nessa perspectiva, reconhecia-se que a pobreza e a desigualdade social seriam combustíveis a alimentar a máquina do terrorismo.

Esse reconhecimento das possíveis relações entre pobreza, fundamentalismo e terrorismo não se limitou ao início da cobertura dos atentados e da guerra que se seguiu. Em 24 de outubro, na matéria “A Teologia da fanatização” (2001), *Veja* apresentou o que seria uma das fontes de “fanatismo” no Afeganistão e no Paquistão, as madraçais, escolas islâmicas comuns na região. De acordo com a revista, nessas escolas as crianças pobres seriam internadas e ali ficavam por um período de cerca de nove anos. Grande parte das madraçais ensinavam exclusivamente a religião islâmica, tendo à sua frente religiosos fundamentalistas. No Afeganistão, principalmente, muitas dessas escolas preparariam terroristas para a Guerra Santa, adicionando ao ensino do Alcorão o treinamento físico dos alunos. A solução para tal

problema não seria fácil, pois, como pontuou a revista, o presidente paquistanês Pervez Musharraf tentou interferir nesse tipo de educação, porém, sem sucesso. Ele indicou alguns professores de ensino universal, no intuito de modificar a estrutura ideológica dessas escolas. Entretanto, como resposta, muitas madraçais se negaram a mudar seus currículos e formas de atuação (A TEOLOGIA DA..., 2001).

Se partirmos do pressuposto de que as informações contidas nessa matéria são procedentes, fica claro que a pobreza vivida por famílias afegãs e paquistanesas as levavam a enviar os filhos para internatos onde as crianças eram alimentadas e ensinadas dentro das normas do Islã. Entretanto, com o avanço do fundamentalismo e do terrorismo na região, os infantes acabaram sendo recrutados por organizações como o Talibã. A dificuldade em se solucionar o problema, em termos curriculares, revela como modificações no plano material eram prementes nessas sociedades.

Entretanto, como vimos, a tônica da cobertura realizada pela revista não caminhou no sentido de buscar alguma racionalidade no contexto turbulento vivido pelos países do Oriente Médio, da Ásia Central e do Sul, envolvidos no conflito que se seguiu aos atentados de 11 de setembro de 2001. Mesmo reconhecendo que certos elementos racionais – como a pobreza – estavam intimamente relacionados com o recrutamento de terroristas e a formação de fundamentalistas, a revista investiu no que seria a dimensão irracional daquele contexto:

[O fundamentalismo islâmico dos séculos XX e XXI] Alimenta-se da pobreza e, por isso mesmo, não pode ser apartado dela, sob pena de desaparecer como uma miragem. Daí a razão de seu discurso ser irracional – está sempre atrelado a causas genéricas e vagas como o ‘pan-islamismo’ e a ‘destruição do Grande Satã’. Nunca se detém sobre as questões que realmente interessam.

[...] A um fundamentalista cabe tão-somente vagar no inferno, com a esperança de alcançar um paraíso que não existe (OS POBRES DE..., 2001, p. 73).

O trecho acima pertence à matéria “Os pobres de Alá” (2001), publicada em 17 de outubro. Nela se tenta eliminar a contradição entre a existência de causas sociais a impulsionar o recrutamento de jovens para organizações fundamentalistas e/ou terroristas e a alegada irracionalidade desses movimentos. Conforme argumenta o texto, justamente por ser a pobreza um dos combustíveis a alimentar o fundamentalismo e o terrorismo, não haveria interesse algum dos grupos fundamentalistas e/ou terroristas em transformar as condições materiais da região.¹⁴ Por essa razão, se investiria em um discurso focado em causas religiosas de matriz islâmica – como a reconstrução do Califado –, que projetariam uma vida melhor apenas no pós-morte, entendido pela revista como algo irracional.

A aceitação dessa suposta desconexão entre religião e relações sociais, pelos recrutados por organizações terroristas, seria tratada em outra matéria, acerca da Al-Qaeda. Conforme pontuou a revista em “O que querem os fundamentalistas” (2001) – matéria da edição de 10 de outubro –, amparada na obra do pesquisador francês Oliver Roy, os terroristas da Al-Qaeda, “[...] arrancados do grupo familiar e da sociedade de origem, desenraizados e aculturados, ‘fazem um retorno individual a um Islã abstrato e desligado da realidade social’” (O QUE QUEREM..., 2001, p. 55). Nessa perspectiva, a preocupação dos grupos fundamentalistas e/ou terroristas seria estritamente religiosa, sem grandes preocupações sociais.

Nesse aspecto estaria contida, de acordo com a revista, uma das grandes fragilidades de tais organizações: “Reside aí, justamente, seu ponto fraco. Como se diria no jargão de uma outra doutrina fundamentalista, já extinta, eles se afastaram das bases – e por isso estão condenados ao fracasso. Queira Alá que seja verdade.” (O QUE QUEREM..., 2001, p. 55). O periódico, como fica visível, associa o terrorismo da Al-Qaeda ao socialismo e equipara ambos, com a diferença que a ideologia de esquerda já estaria extinta. Essa associação fez parte da cobertura que **Veja** deu aos atentados e à “guerra ao terror”, chegando a chamar Osama Bin Laden de “O Che Guevara do Islã” (2001), como destacou Carla Luciana Sousa da Silva (2005). De maneira geral, conforme frisam Douglas Kellner (2001) e Osvaldo Coggiola (2007), era corrente, desde o fim da Guerra Fria, compreender o islamismo como um substituto do comunismo.

Enfim, de maneira geral, *Veja* entende que todo o “mundo islâmico” não é comprometido com o combate à desigualdade social e à pobreza. Isso, portanto, não seria uma exclusividade de grupos fundamentalistas e/ou terroristas a operar no Paquistão e Afeganistão. Na edição de 3 de outubro, ao tratar de países árabes, situados no Oriente Médio, também com população majoritariamente islâmica, alguns deles ricos em petróleo, a revista é categórica em afirmar, em matéria intitulada “A ratoeira está armada” (2001), que: “(...) os governantes árabes colocam nos Estados Unidos a culpa pela própria falta de iniciativa para promover o bem-estar do povo” (A RATOEIRA ESTÁ..., 2001, p. 56). Dessa maneira, o periódico procura refutar perspectivas que relacionam a pobreza e a desigualdade social existentes na região ao histórico de intervenções ocidentais ali verificado. Em tal perspectiva, os problemas do chamado “mundo islâmico” seriam de outra ordem, não solucionáveis materialmente.¹⁵

Indicativo disso seria uma suposta popularidade positiva angariada por Osama Bin Laden não apenas entre aqueles que a revista caracteriza como depauperados, “ignorantes” e

fanáticos, que teriam comemorado os atentados. Simpatias para com o líder da Al-Qaeda existiriam mesmo entre os estratos mais abonados da Arábia Saudita, rico país exportador de petróleo. Tais questões foram tratadas na edição de 17 de outubro, na matéria intitulada “Do lado errado, de novo” (2001). Esse suposto apoio, de acordo com a revista, se deveria a elementos religiosos, transmutados em interesses geopolíticos. Assim, a presença de bases militares norte-americanas na Arábia Saudita seria vista como uma profanação do solo sagrado onde surgiu o Islã (e onde se situa a sua mais sagrada cidade, Meca). Além disso, para parte dos sauditas, a presença militar dos EUA simbolizava sua submissão a uma potência estrangeira, situação agravada por não se tratar de um país de população majoritariamente islâmica. Havia certa consciência entre os sauditas, de acordo com a revista, de que a presença militar norte-americana não representava um simples auxílio em seus conflitos com o Iraque, iniciado ainda durante a Guerra do Golfo. Para eles, a política agressiva do governo de Saddam Hussein para com os países vizinhos também era produto da intervenção norte-americana (DO LADO ERRADO..., 2001), que apoiara o Iraque na guerra contra o Irã, logo após a revolução islâmica ocorrida nesse país (COGGIOLA, 2007). De fato, muitas são as análises que entendem a Guerra do Golfo – iniciada com a invasão do Kuwait pelo Iraque – como um dos desdobramentos da Guerra Irã-Iraque (ARRAIS, 2004). Destarte, no âmbito da Guerra do Golfo, também pairaram dúvidas sobre as reais intenções de Saddam Hussein em invadir a Arábia Saudita (KELLNER, 2001).

Ainda de acordo com *Veja* (DO LADO ERRADO..., 2001), todas essas questões alimentavam a suspeita de que a presença militar em terras sauditas também teria a intenção de controlar – caso fosse preciso – a grande fonte de riquezas do país, o petróleo. Esse era um temor compartilhado por parte da elite saudita, como pontuava a matéria, que o tratou como algo infundado, tal qual indicava a seguinte passagem: “[na visão dos sauditas,] Foi tudo um plano maligno: os americanos incentivaram o ditador do Iraque a praticar suas perfídias para se infiltrar na Arábia Saudita e, claro, passar a mão no petróleo, sempre o petróleo” (DO LADO ERRADO..., 2001, p. 88-89). Nesse momento, ao lidar com memórias de conflagrações verificadas no Oriente Médio na década anterior, a revista acabou por ignorar todo o histórico de conflitos ocorridos entre as grandes corporações (e potências) ocidentais e os países da região, quanto ao controle do petróleo, cuja nacionalização/estatização, por países produtores, ocorreu na região na esteira do processo de descolonização (COGGIOLA, 2007; ARRAES, 2004). Tanto Edward Said (1990) como Osvaldo Coggiola (2007) frisam que propostas de controle direto do petróleo saudita pelos EUA já circularam nos meios

intelectuais e políticos norte-americanos, chegando algumas delas a vir a público. Portanto, o suposto temor dos ricos sauditas não seria completamente descabido.

Entretanto, a linha editorial de *Veja* segue presa ao “orientalismo”. Sob essa perspectiva, toda a teia complexa de relações culturais, políticas e econômicas – com a forte presença do elemento religioso – que envolve o Oriente Médio, o Sul e a parte central da Ásia, acaba por ser tomada como expressão de “irracionalidade”. O suposto apego dos milionários sauditas aos seus valores (de matriz religiosa) e a forma como, com base neles, observavam os processos políticos e econômicos em que se inseriam as relações entre EUA e Arábia Saudita, em princípios do século XXI, seria uma grande evidência da irracionalidade que tomava todo o “mundo islâmico”. Portanto, a suposta preponderância de elementos religiosos no debate político de países com população majoritariamente islâmica seria responsável por um caráter não racional do processo histórico noticiado pela revista, envolvendo os atentados e a guerra.

Por vezes, encontramos matérias em que a revista fazia ressalvas. Nelas, se afirmava que radicais eram minoria no Islã (ASSASSINATO EM NOME..., 2001),¹⁶ ou que restrições aos direitos femininos – como as vigentes no Afeganistão – não eram inerentes ao islamismo (TORTURA COTIDIANA, 2001). Também houve, em certo momento, um esforço de diálogo com o *sheik* Ali Mohamad Abdouni, de São Paulo, a fim de explicar ao leitor que as ações dos terroristas diretamente envolvidos nos atentados de 11 de setembro de 2001 não eram condizentes com os princípios do Islã (COMO ELES SE..., 2001). Também havia uma matéria com diferentes tipos de terrorismo verificados em diversos locais ao redor do globo, ao longo da história contemporânea, que desvinculava, de certa forma, terror de islamismo (ESCOLAS DE TERROR, 2001). Todavia, em diversas outras reportagens acabava-se por considerar o próprio islamismo como o grande problema gerador de instabilidade na Ásia e fonte da irracionalidade que supostamente teria contaminado o debate político e a própria vida cotidiana naquela região do mundo.

Segundo o periódico, em “O que querem os fundamentalistas” (2001), matéria da edição de 10 de outubro, o fundamentalismo religioso defendido por Osama Bin Laden não seria um desvirtuamento do Islã. Ao contrário, teria “[...] raízes bem fincadas na história da religião muçulmana, constantemente marcada por esse desejo de mergulhar na fonte original, de beber da palavra mais pura do *Corão*, de reviver um passado mítico” (O QUE QUEREM..., 2001, p. 52. Grifos no original). Avançando no argumento, defendia que o fundamentalismo “[...] está entranhado no próprio código genético do Islã, religião que tem uma visão totalizante do mundo e apresenta um modelo para tudo o que se faz em qualquer

das esferas da vida, públicas ou privadas” (O QUE QUEREM..., 2001, p. 52). Nesse aspecto, o fundamentalismo seria inerente à religião islâmica e não uma leitura particular dela, tampouco seria uma projeção de interesses políticos e bélicos do presente sobre os textos religiosos ou mesmo uma resposta à colonização ocidental, no que tange ao desejo de voltar às origens. No limite, tentar-se-ia construir, dessa maneira, memórias públicas em que o fundamentalismo não seria resultado propriamente da ação dos fundamentalistas, mas do próprio Islão.

Essa perspectiva de análise seria retomada na edição seguinte, de 17 de outubro, na matéria “Os pobres de Alá” (2001). Nela, ao se tratar das questões sociais que alimentavam o fundamentalismo ou mesmo o terrorismo, a revista se questionou: “[...] seria o Islã uma barreira intransponível para o surgimento de uma sociedade rica, moderna e democrática?” (OS POBRES DE..., 2001, p. 70). Como resposta a tal pergunta, oferecia a seguinte afirmação: “As estatísticas, se não respondem a tal questão, oferecem ao menos uma constatação: não há nenhuma nação com maioria muçulmana que se situe entre as mais avançadas do mundo” (OS POBRES DE..., 2001, p. 70). Para chegar a tal conclusão, a revista se apoiava na teoria weberiana, segundo a qual a ética protestante cristã teria impulsionado o capitalismo, argumento que já havia sido utilizado anteriormente por *Veja*, de acordo com Carla Luciana Sousa da Silva (2005). Para o periódico, o fundamentalismo de matriz islâmica dos séculos XX e XXI, seria refratário a quaisquer tipos de avanços políticos, sociais, econômicos e culturais, portanto, caminharía em direção contrária ao desenvolvimento capitalista.

Todos esses posicionamentos, fruto da leitura que a revista fazia do presente e do passado, bem como de suas projeções para o futuro, procuravam se instituir como memórias públicas acerca do Oriente e de suas conflituosas relações com o Ocidente incluindo os atentados de 11 de setembro de 2001 e a guerra que se seguiu. Nesse cenário, em que os antagonistas dos EUA estariam supostamente imersos em um ambiente cultural dominado por uma religião “totalitária”, que os conduziria fatalmente à irracionalidade, a solução para o conflito não poderia ser outra que não a guerra. Era esse o projeto político que *Veja* apoiava e pretendia ver hegemônico na “esfera pública”.

De portas quebradas à Guerra do Terror: *Veja* e as respostas do governo norte-americano aos atentados de 11 de setembro de 2001

Como vimos na seção anterior deste artigo, *Veja* demonstrava empolgação com os rumos tomados pelos EUA e o mundo após o fim da Guerra Fria e a expansão das políticas neoliberais ao redor do globo. Compreendia aquele país como uma sociedade que vivia um momento de “prosperidade sem precedentes” (“OU ESTÃO DO”..., 2001, p. 43), “líder” de uma “globalização”¹⁷ venturosa, que poderia levar o mundo todo a um novo patamar de desenvolvimento e de qualidade de vida. Entretanto, conforme constatamos, os atentados de 11 de setembro de 2001 causaram uma ranhura nessa perspectiva otimista com que a revista via os EUA e a ordem mundial vigente até então, na medida em que se configuraram em um sinal de que nem tudo ia bem na “globalização”. A revista procurou, então, compreender o que havia acontecido, investindo na concepção de que os EUA haviam sido vítimas da irracionalidade de seus inimigos, perspectiva que tentava instituir como memória pública dos atentados.

Entretanto, o periódico apresentava os EUA não como vítimas resignadas, mas como quem agiu rápido para revidar os ataques recebidos. Nesse aspecto, a sociedade norte-americana seria dotada de expertise na superação de crises. Como afirmava matéria publicada em 26 de setembro, intitulada “A batalha econômica” (2001): “Um passeio pela história demonstra que tradicionalmente os americanos reagem bem a períodos críticos. [...] ‘Em momentos de ameaça, os americanos se unem em torno de suas bandeiras’ diz o economista Rudiger Bornbusch, professor do Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT)” (A BATALHA ECONÔMICA, 2001, p. 120). Amparada em análise de especialista, *Veja* situava os atentados em um tempo mais longo, construindo uma memória que teria como marca fundamental a suposta capacidade dos cidadãos dos EUA de ignorar suas diferenças em momentos de graves crises, para então construírem a coesão necessária à defesa de seus interesses comuns.

Nessa perspectiva também eram apresentadas as respostas do governo norte-americano aos atentados. Inicialmente, baixou-se um pacote duro de medidas, que, em nome da agilidade das investigações, limitou uma série de direitos e de liberdades individuais, tão caras aos cidadãos dos EUA. Tais medidas foram bastante controversas no período, razão pela qual a revista tentava explicá-las como necessárias ao contexto. Elas, de fato, eram deveras impactantes:

A monstrosidade do atentado fez também com que, pela primeira vez, os investigadores abandonassem os cuidados rituais que norteiam e muitas vezes entravam as investigações criminais. Provas obtidas de maneira ilegal ou mesmo manchadas pela menor suspeita de violência policial são simplesmente desprezadas pela justiça americana. [...] No caso da investigação do atentado terrorista, os agentes operaram sem a menor reverência pelas normas. Quebraram portas de casas na Flórida e em Illinóis. Prenderam suspeitos aos montes quando os aeroportos voltaram a funcionar. [...] (AS REDES DO..., 2001, p. 88).

Tais informações são tratadas na matéria “As redes do terror” (2001), também integrante da edição de 26 de setembro. A aprovação da revista ao novo *modus operandi* da polícia norte-americana fica patente quando observamos a construção narrativa da passagem citada. Nela se afirma que o respeito às normas legais e processuais “entravam investigações” (AS REDES DO..., 2001, p. 88), bem como se insinua que provas obtidas ilegalmente ou por meio de violência não deveriam ser “simplesmente desprezadas pela justiça” (AS REDES DO..., 2001, p. 88). É visível ainda o tom efusivo dos relatos de que “os agentes operaram sem a menor reverência pelas normas” (AS REDES DO..., 2001, p. 88) e que “prenderam suspeitos aos montes” (AS REDES DO..., 2001, p. 88).

Entretanto, na mesma matéria, se justifica que tais ações não seriam violações aos direitos constitucionais dos cidadãos dos EUA, mas medidas adotadas por necessidade, em consonância com os anseios da população. Assim, a matéria afirmava que “algumas liberdades sagradas dos americanos serão tocadas” (AS REDES DO..., 2001, p. 87), mas esclarecia que essas medidas eram compreendidas até mesmo por expoentes da oposição ao governo Bush: “A verdade é que estamos abrindo mão de direitos e garantias individuais em nome de debelar o terrorismo interno, diz o senador Leahy” (AS REDES DO..., 2001, p. 87). Nesse momento, a revista abriu espaço para o senador Patrick Leahy, do Partido Democrata, oposição ao então presidente George Walker Bush, do Partido Republicano. Como a revista anunciava, Leahy lamentava tal quadro e chegou a planejar um decreto mais brando que o do governo. Sua voz foi levada ao texto para que – a despeito das diferenças políticas entre democratas e republicanos – se pudesse dar um tom de consensualidade à situação e, dessa maneira, legitimar as medidas adotadas. O senador – embora lamentasse a perda de liberdades trazida pela lei antiterror de Bush –, no contexto da matéria, acabava por defender que as limitações de direitos e garantias legais seriam, ao fim, um ato voluntário do povo norte-americano, um sacrifício a ser feito em nome do combate ao terrorismo, em prol de sua própria segurança. O texto enfatizava ainda que “não se nota em seu comentário [de Leahy] um tom de queixa, como seria de esperar anteriormente. Trata-se apenas de um comentário. Afinal, eles [os EUA] estão em guerra” (AS REDES DO..., 2001, p. 87).

As respostas do governo norte-americano não se limitaram, no entanto, à identificação e prisão dos envolvidos nos atentados dentro dos EUA. Diversas outras medidas foram tomadas, inclusive financeiras, como forma de congelar os fluxos monetários que abasteciam as redes terroristas (“OU ESTÃO DO”..., 2001; A RATOEIRA ESTÁ..., 2001; AS REDES DO..., 2001). Todavia, a medida mais impactante foi a guerra convencional, declarada contra o Afeganistão. O governo ditatorial desse país, a milícia Talibã, foi entendido como quem dava proteção e refúgio à Al-Qaeda, acusada de ter perpetrado os atentados.

A proposta de se mover uma guerra contra um país tão pobre, cuja população muito sofria sob a ditadura do Talibã levantou críticas ao redor do mundo. Pacifistas se mobilizaram para pedir outro tipo de resposta aos atentados, que não a guerra. Na edição de 3 de outubro, **Veja** publicou a matéria “Quando a guerra é justa” (2001), criticando as passeatas pela paz. Segundo se afirmava, elas confundiam os conceitos “guerra” e “terrorismo”, de maneira a colocá-los em um mesmo plano, subestimando-se ainda o fato de que a guerra que estava sendo engendrada poderia sequer ter um formato convencional. Esse argumento, no entanto, contradizia outra reportagem dessa mesma edição (A RATOEIRA ESTÁ..., 2001), que mostrava a preparação do exército dos EUA para os combates. Segundo a revista (QUANDO A GUERRA..., 2001), existiriam apenas dois tipos de pessoas que se opunham à resposta norte-americana aos atentados: 1) aquelas que não reconheciam que a superpotência era vítima, por serem acostumadas a sempre se opor aos EUA; e 2) os pacifistas, que acreditavam que os conflitos se resolveriam pacificamente, pessoas mal-informadas, na perspectiva do periódico. Contra as tendências pacifistas, se apresentava uma resolução do Vaticano que daria direito aos países à autodefesa armada, caso necessário. Também se ressaltava outra resolução da ONU, que daria o direito de revide a países agredidos. Dessa forma, *Veja* tentou instituir memórias em que os movimentos pacifistas eram considerados ingênuos e idealistas, ao passo que procuravam justificar a guerra como medida necessária e legítima, amparada por resoluções das Nações Unidas e da Igreja Católica. Essas versões também buscavam diferenciar a violência desse tipo de guerra – considerada pelo periódico como “justa” (QUANDO A GUERRA..., 2001, p. 64) –, daquela contida nos atentados.

Como contraponto aos pacifistas, a revista trouxe aquela que seria a postura dos estudantes das grandes universidades norte-americanas, tratada como modelo a ser seguido. Segundo a revista, em “Nasce uma nova geração” (2001), matéria publicada em 10 de outubro, os universitários dos EUA teriam abandonado uma “velha tradição” (NASCE UMA NOVA..., 2001, p. 76) que os inseria no debate público como críticos contumazes das ações

do governo dos EUA. Eles, de acordo com *Veja*, ao invés de protestarem contra a guerra, fizeram manifestações de pesar pelos mortos. Essas informações, no entanto, são refutadas na edição posterior, de 17 de outubro, em carta enviada pelo leitor Paulo Blikstein (2001), residente em Cambridge, Massachussets. Ele destacou o seguinte:

Fiquei surpreso com a reportagem “Nasce uma nova geração” (10 de outubro), na última edição de VEJA. Estudando no MIT e morando em Boston há mais de um ano, presenciei diversas manifestações estudantis (algumas brutalmente reprimidas pela polícia) pela democracia nas eleições presidenciais e, agora, contra a guerra. Se os estudantes não queimam mais bandeiras, é porque preferem manifestar-se pacificamente. Se lamentam os mortos de 11 de setembro é por solidariedade e não por pragmatismo (BLIKSTEIN, 2001, p. 29).

É evidente a atuação da revista no sentido de instituir memórias que refutassem todas as formas mais críticas (de se conceber aquele contexto pós-atentados de 11 de setembro de 2001) que o luto e o apoio ao que se convencionou chamar de “guerra ao terror”. Nesse intento, deparou-se com a resistência de leitores como Paulo Blikstein (2001), que tentaram instituir memórias diferentes, delineando-se, então, um campo de disputas sobre o tema. O periódico, para manter e até reforçar sua pretensa isenção, permitiu que tais perspectivas ganhassem suas páginas, sem, no entanto, conferir-lhes o mesmo destaque dado às suas matérias.

Em 3 de outubro, o periódico novamente tentaria construir memórias públicas que rechaçassem posturas problematizadoras aos atentados de 11 de setembro de 2001. Na ocasião, as tributou ao antiamericanismo, em matéria com o sugestivo título “O vírus anti-EUA” (2001). Nela, criticou movimentos que tentaram refletir sobre os atentados fora de uma lógica dualista. Alguns deles, inclusive, lembraram o intervencionismo norte-americano ao redor do mundo. A revista os entendeu como quem tentava culpar a vítima pelo ataque sofrido. Em um diálogo direto com tendências de esquerda, a matéria recordava os milhares de trabalhadores que faleceram vítimas dos atentados. Em outra direção, no entanto, reconhecia que aquilo que chamava de “globalização” poderia ser compreendido como “expansão imperial” (O VÍRUS ANTI-EUA, 2001, p. 55) e que “crimes” (O VÍRUS ANTI-EUA, 2001, p. 55) haviam sido cometidos pelos governos dos EUA. Todavia, segundo afirmava, diante da tragédia, tais questões deveriam ser esquecidas, como pré-requisito para que o assunto fosse tratado com bom-senso.

Na sequência do texto da matéria, a revista produzia uma interlocução com os setores de esquerda e críticos ao neoliberalismo do Brasil, apoiando-se em publicação do historiador brasileiro Boris Fausto, realizada em outro grande periódico nacional, a *Folha de S. Paulo*:

Com ligeiras variações foi o que se ouviu de alguns porta-estandartes da esquerda brasileira e também de representantes indistintos da tolice nacional. Ato terrorista é culpa de terrorista em qualquer país que seja cometido. Em artigo no jornal *Folha de S.Paulo*, na segunda-feira passada, o historiador Boris Fausto, um dos mais respeitados em seu campo de atividade, escreveu o seguinte: “Depois de apresentar as condolências de praxe, essa gente (*círculos nacionalistas e de esquerda*) acaba dizendo, até com certo prazer, que os Estados Unidos colhem o que plantaram”. Reconhecendo os “erros e barbaridades” da sociedade americana, Boris Fausto ressalta o papel vital dos EUA na preservação da democracia e termina por convocar seu leitor a uma escolha: “Ou será que deveríamos lavar as mãos diante da face sinistra dos mensageiros da morte?” (O VÍRUS ANTI-EUA, 2001, p. 58. Grifos no original).

Nessa passagem, observamos que o periódico lançou mão do recurso ao *ad hominem*, ou seja, a desqualificação dos antagonistas do debate, ao tratá-los como “representantes indistintos da tolice nacional” (O VÍRUS ANTI-EUA, 2001, p. 58). Além disso, novamente invocou o argumento de que, na ocasião, se estaria culpando a própria vítima pelos atentados sofridos, de modo a diminuir ou até mesmo a isentar de responsabilidade os terroristas. Na sequência, o texto parafraseava Boris Fausto, quando então se insinuou que os críticos à política externa norte-americana haviam prestado condolências apenas por estas serem de praxe em tragédias. Elas também teriam sido utilizadas como recurso para preparar o terreno às críticas que se seguiriam, assentadas na correlação entre a atuação geopolítica dos EUA e os atentados de 11 de setembro de 2001. Como ponto alto da construção textual da matéria, vemos novamente o uso da lógica dual – da qual até Boris Fausto parece ter sido prisioneiro –, em que era necessário tomar partido pelos EUA – entendidos como incontestes protetores da democracia mundial – sob pena de omissão perante o terrorismo. Tal postura se alinhava com o discurso do presidente norte-americano George Walker Bush, quando este intimou o mundo a apoiá-lo, declarando: “Ou estão do nosso lado ou do lado dos terroristas” (“OU ESTÃO DO”..., 2001, p. 40-41).

Na matéria “O vírus anti-EUA” (2001), nem a Europa é poupada, sendo as cidades de Paris e Londres mencionadas como fontes de antiamericanismo mundial. A revista se baseava em afirmações do articulista britânico Bryan Appleyard, para quem os EUA seriam um país excepcional. Culto, inteligente e desenvolvido, o povo norte-americano seria um exemplo ao mundo, razão pela qual sua cultura reverberaria pelos quatro cantos do planeta. Críticas a esse manancial de bons exemplos só poderiam ser motivadas por elementos que fugissem à racionalidade, como a ignorância, a inveja ou uma seletividade mnemônica que se negaria a esquecer aquilo que a revista considerava “os pecados do passado” (O VÍRUS ANTI-EUA, 2001, p. 63) cometidos pelos governos norte-americanos.

A matéria “O vírus anti-EUA” (2001) evidencia toda uma “rede de comunicações” que se montou no esforço de preparo da “opinião pública” para a guerra. Novamente a base da notícia era o jornal inglês *The Sunday Times*, tomado em sua tradução feita pelo jornal liberal-conservador *O Estado de S. Paulo* (GUILHERME, 2018). Nesse aspecto, vemos uma rede de diálogo entre grandes meios de comunicação brasileiros, defensores entusiastas do neoliberalismo, em articulação com a imprensa estrangeira pró-governo dos EUA. O objetivo do diálogo era a defesa das ações tomadas pelo governo norte-americano, inclusive a guerra ao Afeganistão e a refutação de posições em contrário.

Tais posições, embora tratadas pela revista ora como pacifismo idealista, ora como antiamericanismo, colocavam em pauta uma série de questões pertinentes. Vimos algumas delas na seção anterior deste artigo, como a necessidade de se levar adiante as negociações pela independência da Palestina e a revisão da política intervencionista dos EUA na economia do petróleo e nos assuntos políticos de países do chamado “mundo árabe e islâmico”, como recurso para a diminuição do terrorismo. Tais perspectivas entendiam que “os pecados do passado [...] [não morreriam] de velhos” (O VÍRUS ANTI-EUA, 2001, p. 63), e que, portanto, era preciso redimí-los com ações concretas.

No Brasil, em particular, setores da intelectualidade de esquerda – criticados pela falta de apoio ao esforço de guerra – levantavam importantes questionamentos. Emir Sader (2001) reclamou da falta de provas concretas, de que Osama Bin Laden e a organização terrorista Al-Qaeda eram os autores dos atentados, no documento produzido pelo governo britânico que os incriminou. Maria Aparecida de Aquino lembrava a ineficácia em se substituir um governo por outro, por ação de forças internacionais e não dos próprios governados. Como ela lembrava, o terrorismo tinha raízes no colonialismo e nas intervenções estrangeiras operadas na Ásia, em especial no Afeganistão (2001). Em boa na época fosse impossível precisar tal questão, o tempo mostrou que ela estava certa em seu prognóstico. A retirada da milícia Talibã do controle afegão pela Aliança do Norte – grupo apoiado pelos EUA – sobreviveu somente enquanto o país esteve ocupado diretamente por forças militares norte-americanas. Em 2021, vinte anos após a guerra, o Talibã voltou a controlar a maior parte do Afeganistão, inclusive a capital Cabul (SANTOS, 2021).

Toda a argumentação seguida pela revista, no entanto, buscava construir a legitimidade das respostas do governo norte-americano aos atentados, inclusive da guerra e da intervenção no Afeganistão. Aos argumentos já arrolados se somava outro, o de que à milícia Talibã havia sido ofertada a possibilidade de evitar a guerra, mediante a entrega de Osama Bin Laden:

Na sexta-feira, uma delegação de clérigos paquistaneses, acompanhada pelo chefe do serviço secreto do Paquistão, foi a Kandahar, quartel-general da milícia Talibã, tentar persuadir os mulás a entregar Osama bin Laden. Pode ter sido a última chance de o Afeganistão evitar a represália americana, mas os mulás resistiram. Apenas admitiram ter pedido ao terrorista que deixe o país – “em momento oportuno e por sua própria vontade”. Mostraram-se irredutíveis em relação a qualquer tipo de diálogo, declararam-se prontos para o conflito e proclamaram já ter alistado 300 000 voluntários. [...] (A RATOEIRA ESTÁ..., 2001, p. 46).

A matéria, intitulada “A ratoeira está armada” (2001), publicada em 3 de outubro, evidencia que a inteligência paquistanesa – juntamente com religiosos islâmicos – tentaram demover os mulás, os líderes do Talibã, de irem à guerra. É possível que tal ação tenha contado com a concordância norte-americana, com quem o governo paquistanês se aliou após os atentados, rompendo com o Talibã (NEVES Jr., 2014). A resposta negativa ressalta, novamente, os sentidos de irracionalidade e de fanatismo religioso atribuídos aos fundamentalistas. Mais que isso, ela é tomada como evidência de que a guerra seria necessária e legítima, em função da falta de colaboração da milícia, elemento indicativo de seu apoio e proteção à Al-Qaeda.

Dessa forma, verificamos que a cobertura jornalística feita por *Veja* trabalhou para instituir memórias públicas que organizassem o tempo de maneira linear, tendo como marco inicial os atentados de 11 de setembro de 2001. Nessa perspectiva, tudo o que se seguiu aos ataques foi tratado como respostas supostamente legítimas, necessárias e condizentes com a violência da agressão sofrida pela superpotência. Outras versões, capazes de instituir temporalidades diversas – principalmente aquelas baseadas nas memórias do intervencionismo norte-americano no “mundo islâmico” – eram refutadas. Elas teriam potencial para inverter a relação de causa e efeito proposta pela revista na medida em que chamavam a atenção para outros marcos de memória das relações dos EUA com o mundo “islâmico”. Com base neles, poder-se-ia interpretar os atentados não como o marco inicial de uma nova conflagração, mas como mais um episódio – ou até mesmo uma resposta (agressiva e violenta, evidentemente) – de conflitos bem mais antigos, o que poderia questionar a legitimidade de que a revista procurava revestir a guerra. Portanto, novamente verificamos disputas entre “memórias públicas”, que buscavam se tornar “hegemônicas” na “esfera pública” nacional e, dessa maneira, contribuir para o triunfo dos projetos políticos dos quais eram integrantes.

***Veja* e o lugar do Brasil no contexto dos atentados de 11 de setembro de 2001 e da “Guerra ao Terror”**

Uma questão, porém, ainda carece de resolução, neste trabalho. Percebemos que a cobertura de *Veja* se alinhou com os ditames de Washington,¹⁸ de maneira a defender as medidas adotadas pelo governo norte-americano como respostas aos atentados, incluindo a guerra no Afeganistão. Diante disso, cabe perguntar o porquê de tamanho interesse de uma revista semanal de notícias, do Brasil, em alinhar-se com as formas com que o governo dos EUA concebeu os atentados. A resposta pode ser encontrada nas maneiras como os atentados de 11 de setembro de 2001 se relacionaram com o neoliberalismo ou, como a revista preferia na época, a “globalização”.

A adoção das políticas neoliberais no Brasil e a inserção do país em um sistema mundial de livre mercado era uma das principais bandeiras de *Veja*, desde a década de 1990, a ponto dela ser tratada por Carla Luciana Sousa da Silva (2005) como um “partido” do “neoliberalismo”. Conforme destaca a historiadora, era íntimo o alinhamento da revista com o “Fórum Nacional”, *think tank* neoliberal que, desde fins da década de 1980, envolvia grandes nomes da política e economia brasileira, entre eles, Fernando Henrique Cardoso, que viria a se tornar presidente do Brasil em 1994. Segundo já afirmamos, os atentados colocaram em xeque a ordem internacional construída com base nas políticas neoliberais, o que preocupou sobremaneira a revista. Temia-se, portanto, reveses na chamada “globalização”.

Ao longo de diferentes edições, *Veja* procurou discutir como ficaria a mundialização da economia diante dos atentados. Esse foi um dos pontos debatidos na matéria “A descoberta da vulnerabilidade” (2021), ainda em 19 de setembro:

Apesar dos prognósticos de que os Estados Unidos podem tornar-se menos cordiais em suas relações internacionais, o mundo tende a se transformar em um só. Também nesse aspecto há mudanças em curso. A oposição à globalização já existia como fenômeno ambientalista, de minorias, das ONGs e dos sindicatos. Agora também deve levar em conta essa nova complicação: o Islã como fonte de preocupação para a paz mundial. A globalização incomoda a turma do turbante pela modernidade que traz no bojo. O fundamentalismo islâmico é, em boa medida, a manifestação de uma elite que exerce sobre seus povos uma tirania milenar, baseada na religião e nos costumes imutáveis. Se é contra a civilização ocidental é porque não pode conviver com seus princípios básicos, notadamente a liberdade política e individual. O universo dos fundamentalistas é aquele em que se queimam livros, se proíbem filmes e música. As mulheres são cobertas de véus e devem submissão ao poder masculino. Os fundamentalistas usam Deus como desculpa para todas as coisas – inclusive as mais terríveis atrocidades, como as cometidas em Nova York e Washington. Os aviões da semana passada não foram jogados contra prédios, mas contra um sistema de vida. Esta guerra está apenas começando (A DESCOBERTA DA..., 2001, p. 58).

A matéria refutava alguns prognósticos que anunciavam mudanças de rumos na política externa norte-americana, principalmente no que tangia a assuntos econômicos. Em tais vaticínios, os EUA se tornariam um país mais fechado, havendo risco de retrocessos na “globalização”. *Veja* se insurgia contra essas perspectivas, defendia que o processo de mundialização da economia não sofreria crises e que a única novidade residiria na emergência de um novo opositor ao neoliberalismo, entendido pelo periódico como sendo todo o Islã.

Novamente, durante a cobertura feita pela revista dos atentados de 11 de setembro de 2001 e da guerra que se seguiu, vemos a generalização para todo o Islã de elementos restritos a alguns grupos, como a oposição à mundialização da economia. Constatamos, outra vez, a presença do “orientalismo”, por meio de argumentos que afirmam serem os grupos dominantes dos países islâmicos inimigos da “globalização”. Isso se daria em função de um caráter “modernizante” do neoliberalismo, que teria potencial de combate à tirania e ao obscurantismo, por, supostamente, levar de uma só vez, democracia e o livre-mercado ao mundo todo.

Entretanto, a própria revista, na edição seguinte, em “O vírus anti-EUA” (2001), esclarecia que outros motivos contribuíam para a oposição à “globalização” e para a existência de críticas à atuação, como liderança mundial, dos Estados Unidos da América:

[...] A globalização econômica também carrega a impressão digital de asiáticos e europeus, mas é percebida quase universalmente como benéfica preferencialmente para os americanos. “O ritmo que a crescente eficiência e a produtividade dos Estados Unidos imprimiram [sic] à economia mundial nas duas últimas décadas foi muito forte”, diz o economista americano Paul Krugman. “Em muitos países, ele provocou um processo de destruição criativa, que se foi benéfico por um lado, por outro dilacerou tradições culturais e gerou insatisfações profundas”. [...] O movimento de globalização gerou prosperidade e eficiência econômica sem precedentes para muitas nações e não apenas para os Estados Unidos. Mas, ao enfraquecer setores industriais tradicionais de economias retardatárias, gerou também muita insatisfação. [...] (O VÍRUS ANTI-EUA, 2001, p. 60).

Na passagem acima, a revista explorou um problema, defendia que a “globalização” não era uma ação protagonizada apenas pelos EUA, mas que contava com a participação de países da Europa e da Ásia. Entretanto, existia uma percepção de que os norte-americanos tinham acesso privilegiado aos benefícios da mundialização da economia. Para equacionar essa questão, *Veja* precisou abrir espaço para Paul Krugman, economista não adepto ao “neoliberalismo” que, anos depois, receberia um Prêmio Nobel em sua área (VIANA E SILVA, 2018). A revista concluía então que a adoção de medidas neoliberais mundo afora teria gerado muitos benefícios, mas também grandes insatisfações, por desorganizar as economias – notadamente os setores industriais – que se abriam ao mercado internacional.

Isso poderia explicar o antiamericanismo em diversas partes do mundo e a resistência à “globalização” em países como o Brasil, que, no período, se ressentia do desemprego e da desindustrialização decorrentes das reformas neoliberais implantadas principalmente pelos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. O clima de insatisfação aumentaria a ponto de levar a esquerda à presidência da república, nas eleições de 2002, com o voto da classe média, inclusive (AZEVEDO, 2011; MARTINS, 2018; MOTTA, 2018a; MOTTA, 2018b; RAMALHO, 2018; VISCARDI e PERLATTO, 2018; SALLUM JR., 2018).

Tais elementos, expostos por Krugmann e pela equipe de reportagem, nos fazem perceber que as reformas neoliberais voltadas à integração de diferentes países em um livre mercado mundial desorganizaram e reestruturaram economias ao redor do globo. Esse processo impactou não somente o setor industrial, mas tem implicações que vão muito além do aspecto econômico, atingindo também as esferas políticas, sociais e culturais de diferentes países. Ao mesmo tempo, o mercado internacional não se constituiu sem assimetrias, como bem revela a persistente e abissal diferença entre os preços dos produtos primários e industrializados.

Entretanto, na visão da revista, os benefícios da “globalização” seriam maiores que os problemas gerados, afinal, “O movimento de globalização gerou prosperidade e eficiência econômica sem precedentes para muitas nações e não apenas para os Estados Unidos” (O VÍRUS ANTI-EUA, 2001, p. 60). A expectativa de *Veja*, portanto, era de que o Brasil pudesse compor o seleto rol de países que se beneficiariam da mundialização da economia. Os atentados, longe de travarem tal processo, serviriam para aprimorá-lo, como era defendido em “A tragédia reordena o mundo” (2001), matéria publicada na edição de 10 de outubro:

[...] o processo de globalização vai ser aprimorado. “A interdependência agora é bem mais estreita que antes dos atentados. Chegou o momento de os países pobres realmente se aproveitarem dos benefícios da globalização”, afirmou na semana passada o presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn (A TRAGÉDIA REORDENA..., 2001, p. 95).

O texto jornalístico recorre ao discurso do então presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, uma das maiores autoridades econômicas do mundo e grande defensor do livre mercado mundial. Na visão dele, os atentados teriam ampliado a interdependência entre os países, ao invés de impactar negativamente a “globalização”. Como resultado, ao invés de propor sua desaceleração ou abandono, o Banco Mundial defendia seu aprimoramento, para que países pobres também pudessem usufruir das benesses da mundialização da economia. As assertivas de Wolfensohn eram tomadas como um compromisso firmado pelo próprio Banco

Mundial e serviram para realimentar a defesa que *Veja* fazia do neoliberalismo e da “globalização”. Nessa perspectiva, mais do que nunca haveria espaço para o Brasil se inserir decisivamente no livre mercado internacional e dele se beneficiar.

Todos os esforços da revista, como vimos ao longo deste texto, caminharam no sentido de convencer o leitor de que os atentados não eram uma ameaça à “globalização” e que tampouco eram um indicativo de que graves problemas acompanhavam o desenvolvimento desse processo. *Veja* entendia que as medidas neoliberais criariam um mercado internacional equânime, capaz de levar a todos os países do mundo a fórmula de sucesso, prosperidade e meritocracia que supostamente reinaria nos EUA. Após os atentados, essa crença se fortaleceu, no âmbito da redação da revista, com as promessas do Banco Mundial em corrigir distorções e tornar a “globalização” menos assimétrica entre os diferentes países.

Esse não era um debate aleatório no Brasil, fruto apenas da reprodução de uma pauta externa. Como afirma Carla Luciana Sousa da Silva (2005), a revista *Veja* tinha como principais anunciantes integrantes do capital financeiro privado, cujos interesses eram defendidos pela revista, por meio da promoção do neoliberalismo. Por outro lado, o periódico tinha na classe média seu público-alvo – para quem disseminava os princípios neoliberais – além de tentar pautar os poderes executivo e legislativo brasileiros.

De acordo com Antônio Carlos Lessa e Frederico Arana Meira (2001), pesquisas de opinião realizadas pelos dois maiores institutos de pesquisa do Brasil – IBOPE e DATAFOLHA – em setembro de 2001, revelaram que a maioria dos respondentes acreditava que os maiores impactos da tragédia, para o Brasil, seriam econômicos, com a desaceleração da economia, e políticos, nas eleições de 2002. Os temores de ordem econômica, pelo menos, não eram infundados pois, como afirmaram os autores, o próprio governo brasileiro avaliava que os atentados, por mudarem as prioridades da política norte-americana, resultariam na diminuição de investimentos internacionais. Também haveria uma contração no espaço para negociações concernentes à ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas), MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e União Europeia. Disso tudo resultaria uma diminuição das exportações brasileiras, recentemente eleitas como prioridade econômica nacional, e da projeção de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), que, mesmo antes dos atentados, já eram austeras. Vale frisar que, naquele período, o Brasil já se deparava com a crise econômica da Argentina, um de seus principais parceiros comerciais. Após os atentados, a própria revista reconhecia o temor de uma recessão em escala mundial, embora destacasse que perspectivas mais otimistas também existissem (A BOMBA FINANCEIRA..., 2001). Nesse contexto, *Veja*

precisava afirmar, para seu público leitor, que a “globalização” não seria interrompida e, sobretudo, que ela não havia sido um grande equívoco, e que ainda era possível crer no “neoliberalismo”.

Nesse momento de potencial crise da mundialização da economia, portanto, existiam motivos brasileiros para a revista publicar matérias que tentavam explicar os impactos negativos do neoliberalismo e que afirmavam o compromisso de organismos econômicos internacionais com o aprimoramento da “globalização”. Ainda de acordo com Antônio Carlos Lessa e Frederico Arana Meira (2001), a diplomacia brasileira se queixava da desigualdade presente no processo de mundialização da economia, com relação aos privilégios detidos pelas economias desenvolvidas em detrimento daquelas em desenvolvimento, algo que não colaborava “[...] para a estabilidade e segurança internacionais” (LESSA; MEIRA, 2001, p. 49). Tal problema era admitido pela revista, que chegou a abrir espaço para uma entrevista sobre o tema, com o sociólogo brasileiro Paulo Roberto de Almeida, em uma das edições especiais aos atentados (BAPTISTA, 2001). Contra tal argumento, as declarações do presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, poderiam ser uma alentadora resposta.

O trabalho de Antônio Carlos Lessa e de Frederico Arana Meira (2001) evidencia, ainda, que o governo brasileiro primou por uma resposta jurídica aos atentados de 11 de setembro de 2001, ou seja, a identificação, prisão e julgamento dos envolvidos. Seguindo uma tradição da política externa brasileira, o país não se envolveria com a guerra no Afeganistão, embora apoiasse o combate ao terrorismo. Essa linha de atuação não estava em desacordo com a “opinião pública brasileira”. De acordo com os autores, ao longo do mês de setembro de 2001, pesquisas de opinião feitas pelo IBOPE e pelo DATAFOLHA revelaram que mais de 70% dos respondentes eram contrários à guerra e não queria ver as forças armadas brasileiras envolvidas em uma eventual conflagração. Eles acreditavam que a melhor resposta aos atentados era jurídica e que um conflito bélico poderia levar a uma escalada do terrorismo, com risco de uma terceira guerra mundial.

A equipe editorial de *Veja* tinha conhecimento de enquetes dessa natureza. Na matéria “Quando a guerra é justa” (2001), publicada em 3 de outubro, citava-se uma pesquisa feita pelo instituto Sensus, encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT). Nela, também se mencionava o temor dos brasileiros por uma nova guerra mundial, bem como a identificação, por pouco mais de 20% dos entrevistados, de razões econômicas ou raciais como motivação para os atentados. Tal quadro, caracterizado como de “aflição popular” (QUANDO A GUERRA..., 2001), seria gerado por falta de informação, segundo a

revista. Contra ela, o periódico se insurgia com a matéria em defesa da legitimidade das repostas do governo dos EUA aos atentados, inclusive a guerra.

A participação nacional na conflagração dificilmente iria acontecer. Como lembra Carla Luciana Sousa da Silva (2005), *Veja* tinha consciência disso desde o início da cobertura dos atentados e lamentava a postura do governo brasileiro, em evitar envolvimento direto em conflitos armados internacionais. Restava ao periódico trabalhar a “opinião pública” brasileira e, simultaneamente, tentar pautar o poder executivo, para que houvesse maior alinhamento ou, pelo menos, um apoio mais incisivo às ações do governo norte-americano. Para tanto era preciso intervir na “esfera pública” e instituir memórias diversas daquelas que estavam se hegemonizando no Brasil, refratárias à guerra e alternativas aos ditames de Washington.

É possível, portanto, que as matérias sobre a “globalização”, juntamente com aquelas sobre a desigualdade social em porções do chamado “mundo islâmico” e suas relações com o fundamentalismo e com o terrorismo, também fossem repostas às declarações de Fernando Henrique Cardoso e não somente à intelectualidade de esquerda. Segundo Estevão de Rezende Martins (2018), desde 1990 o governo brasileiro havia abandonado definitivamente o alinhamento automático com os EUA, sem, no entanto, negligenciar suas relações com esse país e com aqueles da Europa Ocidental. O então presidente da república, embora tenha sido um entusiasta do neoliberalismo, defendeu que fossem eivados esforços internacionais para o combate à pobreza e para a ampliação do poder decisório dos países emergentes nos organismos que geriam a mundialização econômica (LESSA e MEIRA, 2002). Tal postura seguia a política externa brasileira de então, calcada no objetivo do país se inserir de forma atuante nos esforços de construção de uma nova ordem mundial (MOTTA, 2018a). Como vimos, contra essa perspectiva, *Veja* defendia que o problema do “mundo islâmico” era religioso, não social.

Para além das questões mais imediatas – postas naquele tempo presente –, estavam em jogo outros elementos políticos brasileiros, construídos em meio a fortes embates verificados em diversos momentos da história do país. Ao longo de boa parte do século XX, o Brasil foi dividido entre tendências que defendiam uma maior integração do país com as economias capitalistas centrais, com a adoção de políticas liberais mais radicais, e outras que defendiam um maior planejamento e controle da economia pelo Estado. No período de 1946 a 1964 esse embate se materializou nos programas da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A primeira agremiação era partidária do liberalismo e de um alinhamento automático aos EUA no contexto da Guerra Fria. A segunda era herdeira do Vargasismo, defendia uma política externa independente e a adoção de medidas nacionalistas,

como a criação da Petrobrás. A grande agremiação do período era, no entanto, o Partido Social Democrático (PSD), que se notabilizou pelo “desenvolvimentismo”¹⁹ do governo de Juscelino Kubitschek e pelas alianças com o PTB. Aos partidos se somavam as frentes parlamentares, que também se organizavam em torno de determinados projetos, como o nacional-desenvolvimentismo (DELGADO, 2003; FERREIRA, 2003; FONSECA e SALOMÃO, 2003; LOUREIRO, 2019; MOREIRA, 2003; VIZENTINI, 2003).

O nacionalismo fez parte da história contemporânea de países de população majoritariamente islâmica, como movimento político e econômico. Ele se materializou na intervenção do Estado na economia – por meio, dentre outras medidas, da nacionalização do petróleo – e no “panarabismo” (movimento de integração entre os povos e países de população falante da língua árabe). Por outro lado, o chamado “mundo islâmico” também contribuiu com o movimento dos países não alinhados que, durante a Guerra Fria, tentava romper com a bipolarização mundial exercida por EUA e União Soviética (COGGIOLA, 2007; ARRAES, 2004).

A dificuldade da UDN em fazer triunfar seu projeto por meio do voto levou o partido ao golpismo, algo que ocorreu em 1964, em aliança com amplos setores militares e civis, inclusive do PSD (DELGADO, 2003; FERREIRA, 2003). Naquele momento, o embate político estava polarizado entre o nacionalismo trabalhista, com sua proposta de reformas de base, de um lado e, de outro, o alinhamento brasileiro com os EUA e a adoção de medidas liberais na economia, que no período estava em crise e apresentava altos índices de inflação (REIS FILHO, 2014). Esse último programa foi imposto pela ditadura civil-militar em seus primeiros anos de governo, sem grandes sucessos. Depois acabou abandonado em prol do intervencionismo estatal na economia (REIS FILHO, 2014). No processo de redemocratização, o desenvolvimentismo era a tendência dominante (PRADO; LEOPOLDI, 2018), limitada pela severa recessão deixada como herança pelo regime autoritário (SILVA, 2003).

As eleições de 1989, com a vitória da chapa composta por Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, representou o triunfo de um liberalismo renovado – por isso chamado de “neoliberalismo” – e das propostas de abertura do mercado nacional, com o fim das leis protecionistas e uma maior integração com o mercado econômico internacional (FICO, 2015; MOTTA, 2018a; RAMALHO, 2018; SALUM JR., 2018). O *impeachment* de Collor, após denúncias de corrupção, não foi capaz de abalar esse projeto de país. O mandato fora concluído pelo vice-presidente Itamar Franco que, embora não fosse muito simpático ao “neoliberalismo”, chefou um governo que adotou esse tipo de medida no campo econômico.

Ele conseguiu eleger seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, até então ministro da fazenda, que fez um governo calcado no neoliberalismo (MOTTA, 2018a; RAMALHO, 2018; SALLUM JR., 2018).

No momento dos atentados, em 2001, fazia pouco mais de uma década que essas propostas haviam fincado raízes no país. Como já afirmamos, a abertura econômica – na forma como foi operada – e a adoção de políticas “neoliberais” geraram grandes impactos na economia nacional, fazendo disparar a informalidade e o desemprego, principalmente entre os jovens. O clima de insatisfação com a “globalização” não estava presente apenas no “mundo islâmico”, mas também no Brasil. Havia risco de os grupos dominantes brasileiros verem desfeita sua aliança com a classe média, que poderia auxiliar a esquerda – a segunda força política do país – a alcançar a presidência nas eleições do ano seguinte. De fato, em 2002, o Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito presidente da república, com o voto dos mais diversos setores sociais do país, em um momento em que os próprios grupos dominantes nacionais se dividiram. Tal situação, no entanto, não se repetiu nas eleições seguintes, quando o partido se saiu vitorioso graças ao voto decisivo daqueles que alçaram à classe média em função das políticas sociais do novo governo, dos trabalhadores e dos demais setores populares, em um clima de crescente polarização política (AZEVEDO, 2011; MOTTA, 2018a; MOTTA, 2018b; RAMALHO, 2018; VISCARDI e PERLATTO, 2018; SALLUM JR., 2018).

O propósito da revista em 2001, era reafirmar entre seus leitores a crença nas políticas neoliberais e na “globalização”, além de defender, em termos de política externa, um maior alinhamento do Brasil com os EUA governado por George Walker Bush, que alçou a presidência do país após controversa eleição (PECEQUILO, 2005). Era preciso disputar hegemonia na “esfera pública” e instituir memórias que reafirmassem os EUA como a grande potência mundial, um modelo a ser espelhado, capaz de criar um sistema econômico mundial justo. Para tanto, havia a necessidade de se construir a legitimidade da guerra e defendê-la como a resposta mais adequada aos atentados e ao terrorismo.

Considerações finais

Mais que abrir espaço para um debate plural sobre os atentados e a guerra que lhe seguiu, vimos um esforço de *Veja* para instituir “memórias públicas” que não deixassem perecer e até mesmo renovassem a crença de seus leitores na “globalização” e no “neoliberalismo”. Para tanto, a equipe editorial acabou por se engajar, junto com outros

veículos de comunicação nacionais, em um esforço de guerra que envolveu uma rede midiática internacional.

Para tanto, dividiu-se a realidade em dois polos, em um deles estariam as vítimas, entendidas não apenas como as pessoas que faleceram nos atentados e seus familiares enlutados, mas como todos os EUA, tomados como entidade abstrata. Em outro polo estariam os terroristas – por vezes confundidos com fundamentalistas e até com o próprio Islão – tomados como a expoentes de uma religiosidade fanática, violenta e irracional. Nessa perspectiva, somente seria plausível tomar partido pelo EUA, sob pena de apoiar os terroristas, culpabilizar as vítimas, ou aderir ao antiamericanismo. Nesse contexto, até o pacifismo foi tratado como expressão do antiamericanismo ou, quando muito, como ingenuidade ou desinformação.

Nesse contexto, instituem-se memórias em que a guerra é apresentada como resposta necessária e legítima, um meio para salvaguarda da “globalização”, entendida como geradora não apenas de um livre-mercado mundial, mas também como vetor de democracia. O apoio aos EUA, nesse momento, era entendido como uma oportunidade para que o governo brasileiro conquistasse o que tanto almejava, maior equidade no comércio internacional – principalmente nas relações econômicas com os países desenvolvidos – e maior poder de decisão nos organismos que controlavam a mundialização da economia. Para *Veja*, aquela era, portanto, uma oportunidade ímpar para a reconfiguração da “globalização”, da qual era preciso que o Brasil participasse de maneira alinhada ao governo norte-americano de George Walker Bush.

Para além das questões daquele presente, que *Veja* procurou responder, o periódico também tentou instituir, para a posteridade, uma memória em que os atentados de 11 de setembro de 2001 figurariam como um grande marco histórico. Como tal, a catástrofe deveria passar à história como um desafio autoritário e reacionário à “globalização”, compreendida como um processo mundial, gerador de liberdade e de prosperidade, desenvolvido sob a liderança dos EUA. Sob tal perspectiva, o periódico pretendeu hegemonizar “memórias públicas” que tratavam a guerra como a resposta definitiva para a superação de uma ameaça obscurantista e como mais um momento da história mundial em que os norte-americanos teriam lutado por liberdade contra o totalitarismo. Por fim, para a revista, todo esse triste contexto seria um marco histórico de revisão das políticas neoliberais e de aprimoramento da “globalização”. Em tais versões, caberia ao Brasil alinhar-se, sem hesitações, aos EUA e aproveitar as novas oportunidades que então se abriam, para ocupar um melhor lugar no mundo “globalizado”.

Referências Bibliográficas

- “OU ESTÃO DO nosso lado ou do lado dos terroristas”. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 38, p. 40-43, 26 set. 2001. Especial.
- A BATALHA ECONÔMICA. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 38, p. 116-120, 26 set. 2001. Especial.
- A BOMBA FINANCEIRA. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 37, p. 98-99, 19 set. 2001. Especial.
- A DESCOBERTA DA vulnerabilidade. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 37, p. 48-59, 19 set. 2001. Especial.
- A GUERRA SERÁ suja e longa. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 38, p. 44-51, 26 set. 2001. Especial.
- A RATOeira ESTÁ armada **Veja**., São Paulo, ano 34, n. 39, p. 40-51. 3 out. 2001.
- A TEOLOGIA DA fanatização. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 42, p. 84-87, 24 out. 2001. Especial.
- ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o eflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros relativismo cultural e seus Outros. **Estudos Feministas**. Florianópolis, UFSC, n. 20, vol. 2, 451-470, 2012.
- AFFONSO, Luiza Bizzo; MARREIRO, Matheus Moraes Alves. O “terrorismo islâmico” sob a ótica do construtivismo e do pós-colonialismo. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, UERJ, vol. 10, p. 1-17, 2019.
- AQUINO, Maria Aparecida de. Cortina de Fumaça. **Época**, São Paulo, p. 43 - 43, 15 out. 2001.
- ARRAIS, Virgílio Caixeta. Guerra do Golfo: a crise da nova ordem mundial. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, UnB, n. 47, v. 1, p. 112-139, 2004.
- AS REDES DO terror. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 38, p. 85-90, 26 set. 2001. Especial.
- ASSASSINATO EM NOME de Alá. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 37, p. 79-85, 19 set. 2001. Carta ao leitor. Especial.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. Eleições presidenciais, clivagem de classe e declínio da grande imprensa. **Revista USP**. São Paulo, USP, n. 90, p. 84-101, 2011.
- BAPTISTA, Cristina. Ricos e arrogantes. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 42, p. 11-15, 24 out. 2001. Entrevista: Paulo Roberto de Almeida.
- BERNUSSI, Mariana Medeiros. **Construção política da guerra global ao terror: para além do 11 de Setembro**. **Locus**. Juiz de Fora, UFJF, v. 27, n. 2, p. 98-122, 2021.
- BLIKSTEIN, Paul. Fundamentalismo. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 41, p. 29, 17 out. 2001.

Cartas.

COGGIOLA, Osvaldo. **Islã histórico e islamismo político**. São Paulo: Instituto da Cultura Árabe, 2007.

COMO ELES SE prepararam para matar e morrer. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 40, p. 60-62, 10 out. 2001. Especial.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. **Projeto História**. São Paulo, PUC-SP, n. 35, p. 255-272, dez. 2007.

DARNTON, Robert. **Os Best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 127-154.

DO LADO ERRADO, de novo. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 41, p. 86-90, 17 out. 2001. Especial.

DOSSE, François. “História do tempo presente e historiografia”. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, UDESC, v. 4, n. 1, pp. 5-22, jan./jun. 2012.

ESCOLAS DE TERROR. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 37, p. 104-114, 19 set. 2001. Especial. p. 108-109.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 343-404.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2015.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo Salomão. O nacional-desenvolvimentismo em tempos de Getúlio Vargas (1951-1954). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. não p. [recurso eletrônico, edição revista e atualizada].

FRANCO, Gustavo. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 40, p. 33, 10 out. 2001. Em foco.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. ‘Memória popular: teoria, política, método’. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água,

2004. pp. 282-295.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. **Dimensões**. Vitória, UFES, v. 40, p. 199-223, 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

IANNI, Octavio. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação SEADE, n. 12, v. 2, p. 27-32, 1998.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: Edusc, 2001.

LANGARO, Jiani Fernando. **A cobertura do Onze de Setembro pela revista “Veja”**. 61 f. Mini monografia (Trabalho final da disciplina Tópico Especial em Historiografia Contemporânea: História Imediata: neoliberalismo, globalização, mídia e pensamento único) – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2002.

LESSA, Antônio Carlos; MEIRA, Frederico Arana. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, UnB, n. 44, vol. 2, p. 46-61, 2001.

LOUREIRO, Felipe. A política externa brasileira do pós-guerra ao golpe de 1964: construindo as bases da diplomacia brasileira contemporânea. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. não p. [recurso eletrônico, edição revista e atualizada].

MACIEL, Laura Antunes. “Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920”. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004. pp. 14-40.

MARTINS, Estevão de Rezende. Realismo, ambição e frustração: o Brasil e sua política internacional (1985-2015). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. não p. [recurso eletrônico].

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 155-194.

MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. não p. [recurso eletrônico]. (a).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. não p. [recurso eletrônico]. (b).

NASCE UMA NOVA geração. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 40, pp. 76-79, 10 out. 2001. Especial.

NASSER, Reginaldo Mattar. As falácias do conceito de “terrorismo religioso”. SOUZA, André de Mello e; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi. (org.). **Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror**: reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: IPEA, 2014. p. 65-87.

NEVES JR., Edson José. O Paquistão e o combate ao terrorismo na Ásia meridional: entre o intervencionismo estadunidense e a regionalização da segurança. SOUZA, André de Mello e; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi. (org.). **Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror**: reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: IPEA, 2014. p. 129-159.

O CHE GUEVARA do Islã. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 38, p. 60-66, 26 set. 2001. Especial.
O INIMIGO NÚMERO 1 da América. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 37, p. 68-72, 19 set. 2001. Especial

O MULÁ BIBI fonfom. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 41, p. 60-61, 17 out. 2001. Especial.

O QUE INCOMODA o terror. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 37, p. 9, 19 set. 2001. Carta ao leitor.

O QUE QUEREM os fundamentalistas, **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 40, p. 50-55, 10 out. 2001. Especial.

O VÍRUS ANTI-EUA. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 39, p. 54-63, 3 out. 2001. Especial.

OS POBRES DE Alá. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 41, p. 70-73, 17 out. 2001. Especial. p. 73.

OS POBRES DE Alá. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 41, p. 70-73, 17 out. 2001. Especial.

PALMA, Ana Carolina Krause. A Situação das Mulheres Refugiadas no Século XXI: O Caso do Afeganistão. **Revista Perspectiva**. Porto Alegre, UFRGS, v. 15 n. 28, p. 132-156, 2022.

PECEQUILO, Cristina Soreano. Bush II. A ascensão neoconservadora ou o novo declínio? **Civitas**. Porto Alegre, PUC-RS, vol. 5, n. 2, p. 353-380, 2005.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O fim do

desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. não p. [recurso eletrônico].

QUANDO A GUERRA é justa. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 39, p. 64-66. 3 out. 2001. Especial.

RAMALHO, José Ricardo. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e o mundo do trabalho no Brasil: anos 1990 e 2000. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. não p. [recurso eletrônico].

RAMOS, Elvis Christian Madureira; FIGUEIREDO, Wellington dos Santos. Terrorismo: um legado histórico e sua caracterização na plataforma midiática. **Ciência Geográfica**, Bauru-SP, AGB, n. 16, vol. 2, p. 195-216, 2012

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SADER, Emir. E as provas contra Bin Laden? Alguém viu? Documento oficial não apresenta provas concretas e diz que evidências são “sensíveis demais para divulgação”. **Correio eletrônico**. 2001.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente com invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALGADO, Eduardo. A guerra irracional. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 39, p. 9-13, 3 out. 2001. Entrevista: John Keegan.

SALLUM JR., Brasílio. O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. não p. [recurso eletrônico].

SANTOS, Jonathan Christian Dias dos. Revés estadunidense e o êxito do Talibã: quais são as consequências do novo capítulo da história afegã para os países da Ásia Central? **Boletim de Conjuntura**. Boa Vista, n. 23, vol. 8, p. 20-27, 2001.

SILVA, Carla Luciana Sousa da. **Veja**: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002). 652 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2005.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos

- sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 243-282.
- SIMON, Silvana Aline Soares. De Bretton Woods ao Plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952). **Relações Internacionais no mundo atual**. Curitiba, UNICURITIBA, n. 09, vol. 1, p. 24-47, 2010.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TORTURA COTIDIANA, **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 40, p. 68-71, 10 out. 2001. Especial. p. 69
- VIANA, Ana Luiza d'Ávila; SILVA, Hudson Pacifico da. Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, ABRASCO, n. 23, v. 7, p. 2107-2117, 2018.
- VISARDI, Cláudia; PERLATTO, Fernando. Cidadania no tempo presente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. não p. [recurso eletrônico].
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 196-216.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1979.

Notas:

¹ Este artigo tomou como ponto de partida a mini monografia **A cobertura do Onze de Setembro pela revista “Veja”** (LANGARO, 2002), apresentada como trabalho final da disciplina Tópico Especial em Historiografia Contemporânea: História Imediata: neoliberalismo, globalização, mídia e pensamento único, ministrada pelos professores Carla Luciana Souza da Silva e Gilberto Grassi Calil no curso de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no ano de 2002. A eles agradeço o incentivo para a primeira exploração do tema. Passados mais de vinte anos, este artigo requereu, evidentemente, uma releitura das fontes, que foram integralmente reexaminadas à luz das edições originais do periódico, e o amadurecimento das reflexões, com a incorporação de bibliografia aprofundada e atualizada. Também fizemos um esforço, neste trabalho, para pensar as conexões entre a coluna internacional de *Veja* e o contexto do Brasil de começos dos anos 2000. Enfim, refletir sobre a cobertura dos atentados após mais de duas décadas do ocorrido se revelou uma tarefa muito diferente de pensá-los alguns meses depois. De igual maneira, após mais de vinte anos de formação e prática acadêmica, lidar com os liames desta pesquisa se revelou um trabalho bem mais complexo e frutífero do que inicialmente nos parecia.

² Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor adjunto da Faculdade de História e membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH e do Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: jflangaro@ufg.br / <https://orcid.org/0000-0003-2048-2927>

³ Robert Darnton (1998) entende a “opinião pública” como produto de um sistema comunicacional amplo, que envolve tanto a palavra impressa como a oralidade e a visualidade, no qual as pessoas exercem papel ativo.

⁴ Como se pode perceber, há um diálogo entre o Grupo Memória Popular e os conceitos de “hegemonia” e “esfera pública” de, respectivamente, Raymond Williams (1979) e Jürgen Habermas (1984). Essas noções e autores também nos servem de referência.

⁵ Como lembra Carla Luciana Sousa da Silva (2005), a revista tinha um programa responsável por sua inserção em escolas e entre professores, servindo, diversas vezes, como material instrucional docente.

⁶ “Neoliberalismo”, de acordo com Marly Motta (2018a), é um conceito controverso, cunhado para definir um movimento internacional de renovação do liberalismo econômico, iniciado na década de 1970, pelo presidente dos EUA, Ronald Reagan, e pela primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, o qual se espalharia pela América Latina nas décadas seguintes. Os pilares dessa doutrina econômica seriam a redução da intervenção estatal na economia, equilíbrio nas contas públicas, redução da margem de atuação sindical e fim de monopólios (estatais). Adicionaríamos ainda a redução de barreiras alfandegárias, a privatização do patrimônio público e a flexibilização das relações de trabalho. A esse respeito, além da autora citada, ver: Rodrigo Patto Sá Motta (2018b); José Ricardo Ramalho (2018); Cláudia Viscardi e Fernando Perlatto (2018); Brasílio Sallum Jr. (2018). Apesar das controvérsias – sabemos que o conceito é rejeitado por parte dos liberais – o utilizaremos por já estar consagrado na historiografia do Brasil recente e por ser amplamente empregado na bibliografia consultada.

⁷ Para o historiador Edward Palmer Thompson (1998), o “atípico” é um evento incomum no cotidiano de um grupo social, que, ao acontecer, rompe com a regularidade do dia a dia, sendo, por isso, capaz de revelar as normas corriqueiras e praticamente invisíveis que ali existem.

⁸ De maneira geral, o Islã é uma doutrina religiosa, uma fé, e não uma religião unificada, cuja mensagem não é beligerante. Já fundamentalismo é um conceito ocidental, atualmente também aceito no Oriente, que define leituras mais radicais dos textos sagrados do Islamismo. Os grupos fundamentalistas, embora frequentemente sejam contrários à separação entre Estado e religião, não necessariamente se constituem como movimentos políticos ou se utilizam do terrorismo para alcançar seus objetivos. O terror, assim entendido como o uso da violência – de forma intensa e letal, inclusive – contra alvos civis para combater e/ou pressionar governos e grupos inimigos, é minoritário no âmbito do Islã. Quanto a teocracias islâmicas, elas se referem a países como o Irã, em que as lideranças religiosas assumiram o comando do Estado, que deixou de ser laico. A esse respeito, ver: Osvaldo Coggiola (2007), Luiza Bizzo Affonso e Matheus Moraes Alves Marreiro (2019), Elvis Christian Madureira Ramos e Wellington dos Santos Figueiredo (2012). Em particular, Osvaldo Coggiola (2007) diferencia o que chama de “islamismo político”, composto por movimentos e agremiações políticas que têm como base ideológica o Islã, do “fundamentalismo”, que seria um movimento teológico de retomada dos fundamentos do islamismo contidos nas escrituras consideradas sagradas. Reginaldo Mattar Nasser (2014), por seu turno, refuta a concepção de “terrorismo religioso” ou “islâmico”, contrapondo-se à compreensão de que ele não seria racional ou político. Ampara seus argumentos em extensa pesquisa e revela como os ataques terroristas (mesmo os de caráter suicida) geralmente se voltam contra ocupações estrangeiras, sendo utilizados ainda como um último recurso. Ataques a outras culturas ou religiões, segundo o autor, não seriam comuns. Tal perspectiva confronta a de John Keegan, historiador integrante da nobreza britânica, ex-docente da Real Academia Militar de Sandhurst (Reino Unido) que, em 2001, quando era editor da área de defesa do periódico inglês Daily Telegraph e pesquisador de história militar, foi entrevistado por Veja. Bastante alinhado com as perspectivas do governo norte-americano, ele defendia que não havia nada de racional entre os terroristas, cabendo ao Ocidente duas alternativas, matá-los ou aplicar-lhes a pena de prisão perpétua (SALGADO, 2001).

⁹ O Califado não é uma invenção recente, ele se inspira em uma instituição teocrática islâmica que existiu até o fim do Império Otomano e que encontrou seu apogeu no Califado Abássida, entre os anos de 750 e 1258. Não se deve entendê-lo, no entanto, como um governo absoluto. Conforme assinala Osvaldo Coggiola (2007), a vastidão do Império Islâmico, que se estendia da Índia à Península Ibérica, impedia a existência de um governo único e centralizado. Por essa razão, o poder central de Bagdá convivia com dinastias locais que o reconheciam como um poder superior.

¹⁰ De acordo com Edward Said (1990), “orientalismo” se refere à dificuldade histórica do Ocidente em entender as peculiaridades e em lidar com o Oriente, notadamente com os povos árabes e islâmicos. Disso decorre a compreensão deles como irracionais ou mesmo como uma ameaça aos ocidentais. Também integra tal visão a compreensão de que os árabes e islâmicos deveriam, invariavelmente, se ocidentalizar, de modo a incorporar em suas sociedades elementos liberais, como a separação entre Estado e religião.

¹¹ Uma delas era a Associação Revolucionária das Mulheres do Afeganistão (RAWA, na sigla em inglês), que luta até hoje pelos direitos das mulheres e pela laicidade do estado. A esse respeito, ver: Lila Abu-Lughod (2012) e Ana Carolina Krause Palma (2022).

¹² Carla Luciana Sousa da Silva (2005) chama a atenção para o fato de o nome do médico não ter sido revelado, sob a alegação de que sua identificação colocaria em risco a parte da família dele que ainda permanecia no Afeganistão.

¹³ É preciso cautela com esse tipo de informação, pois, como frisa Edward Said (1990), a estereotipização dos povos orientais, como integrantes de sociedades fetichizadas pela violência, é constante no Ocidente.

¹⁴ Osvaldo Coggiola (2007), no entanto, destaca que um dos fatores de expansão do que designa como “islamismo político” – termo que evita o orientalismo presente em conceitos como “fundamentalismo” e que procura pensar a politização do Islã de forma mais ampla – reside na realização de certas obras assistenciais.

¹⁵ Possivelmente, por essas razões, a revista abriu espaço para matéria assinada pelo economista brasileiro Gustavo Franco (2001), que defendia não ser a solução para a situação dos países de população majoritariamente islâmica uma espécie de reedição do Plano Marshall. Tal projeto foi empreendido pelos EUA após a Segunda Guerra Mundial, quando concedeu a países europeus empréstimos com juros baixos para a sua reconstrução, medida adotada para evitar a expansão do comunismo no continente (SIMON, 2010).

¹⁶ Para tais formulações, a matéria contou com a colaboração da historiadora Maria Aparecida de Aquino, professora de história contemporânea da Universidade de São Paulo (USP).

¹⁷ De acordo com Octavio Ianni (1998), a “globalização” é um movimento de integração mundial, capitaneado na economia pelo “neoliberalismo”, um movimento de reafirmação do capitalismo liberal, que agora chegaria até os países socialistas ou recentemente ingressos no capitalismo. Seus efeitos se fariam sentir em todo o mundo, embora se tratasse de um movimento desigual, cujo impacto era maior entre os países menos desenvolvidos. Teria entre seus princípios a privatização das empresas estatais e dos serviços sociais, a desregulamentação do mercado, a competitividade em escala mundial, a expansão de empresas transnacionais, do consumo e do individualismo. Nesse processo de “globalização”, as mídias aumentavam seu poder, enquanto as lutas por cidadania viam seu espaço diminuir.

¹⁸ Esse alinhamento foi tão grande que a historiadora Carla Luciana Sousa da Silva (2005) compreendeu a cobertura feita por *Veja* dos atentados e da guerra que se seguiu como propaganda do Departamento de Estado norte-americano.

¹⁹ De acordo com Pedro Cezar Dutra Fonseca e Ivan Colangelo Salomão (2019), o desenvolvimentismo se caracterizava pela convergência entre intervenção estatal – para fomentar o crescimento econômico –, industrialização e projeto nacional de desenvolvimento. Para o Varguismo, o desenvolvimentismo deveria ser baseado em capitais predominantemente nacionais, ao passo que, para Kubitschek, eles poderiam ser estrangeiros.